



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RORAIMA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CLEUCIANNY SILVA MOTA

ROSANA PEREIRA VIANA

**CONHECIMENTO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS NAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE RORAIMA: SABERES, PRÁTICAS E
DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO**

BOA VISTA - RR
2026

CLEUCIANNY SILVA MOTA

ROSANA PEREIRA VIANA

**CONHECIMENTO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS NAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE RORAIMA: SABERES, PRÁTICAS E
DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito obrigatório para conclusão do
Curso de Ciências Biológicas, do Departamento
de Ensino de Graduação do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima –
IFRR.

Orientador(a): Prof^ª. Ma. Cristiane Pereira de
Oliveira.

BOA VISTA – RR

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

M586c Mota, Cleucianny Silva.

Conhecimento tradicional de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima: saberes, práticas e desafios para a conservação / Cleucianny Silva Mota, Rosana Pereira Viana. – Boa Vista, 2026.
49 f. : il. color.

Orientadora: Profa. Ma. Cristiane Pereira de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, *Campus* Boa Vista, 2026.

Bibliografia: f. 45-49.

1. Etnobotânica. 2. Conhecimento tradicional. 3. Plantas medicinais. 4. Comunidades ribeirinhas. 5. Roraima. I. Viana, Rosana Pereira. II. Oliveira, Cristiane Pereira de. III. Título.

CDD – 581.634

Elaborada por Maria de Fátima Freire de Araújo - CRB 11/374

CLEUCIANNY SILVA MOTA

ROSANA PEREIRA VIANA

**CONHECIMENTO TRADICIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS NAS
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DE RORAIMA: SABERES, PRÁTICAS E
DESAFIOS PARA A CONSERVAÇÃO**

Aprovado em 15 de julho 2026.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE PEREIRA DE OLIVEIRA**
Data: 16/08/2026 22:55:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. ^a Ma. Cristiane Pereira de Oliveira
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **JESSICA MARTINS DE SOUZA**
Data: 16/08/2026 23:31:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a Esp. Jéssica Martins de Souza
(Professora avaliadora)

Documento assinado digitalmente
 **ELIEZER DE SOUZA CAMPOS**
Data: 17/08/2026 12:18:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Esp. Eliézer de Souza Campos
(Professor avaliador)

Dedicamos este trabalho a Deus, por nos guiar, por nos conceder discernimento, resiliência e a graça de concluir mais uma etapa fundamental de nossa formação.

Aos nossos pais, familiares e amigos por tudo. Aos professores, que nos ensinaram a enxergar além.

Às comunidades ribeirinhas, protagonistas deste estudo. Reconhecemos a importância de sua luta diária pela sobrevivência e pela manutenção de seus costumes. Agradecemos pela partilha generosa de seus conhecimentos etnobotânicos, que não são meras informações, mas sim a própria essência de sua identidade cultural e de sua relação sagrada com a biodiversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, pela força, sabedoria e proteção que nos sustentaram ao longo de toda esta jornada acadêmica.

Aos nossos pais, pelo amor incondicional, pelos sacrifícios e por acreditarem em nosso potencial. À bióloga Suzana Viana, pelo exemplo de dedicação à ciência e pelo incentivo constante. Em especial, ao nosso amigo Geinan Vieira Moraes, pela amizade verdadeira, paciência e por estar sempre presente nos momentos mais desafiadores.

Ao Prof. Me. Paulo Sérgio Rodrigues da Silva e à Prof.^a Jéssica Martins de Souza, pelos valiosos ensinamentos e acolhimento durante a graduação.

À nossa tutora, Alcione Casal, pelo suporte, orientação e escuta atenta em todos os momentos. À Prof.^a Dra. Mirla Janaína Augusta Cidade, pela competência e condução primorosa da disciplina de TCC.

À nossa orientadora, Prof.^a Ma. Cristiane Pereira de Oliveira, nossa profunda gratidão pelas orientações precisas, e pela paciência inestimável, que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

À nossa líder da turma, Mirla Eliniar Dantas Marques, imensamente grata pela organização, ajuda, empatia e espírito de coletividade que tanto fortaleceram nossa caminhada.

Aos colegas de turma e amigos, pelo companheirismo, risos e trocas de conhecimento que tornaram essa trajetória mais leve e especial.

E, por fim, a nós mesmas, Cleucianny e Rosana, pela resiliência, união e determinação em vencer cada obstáculo e conquistar este sonho.

*A sustentabilidade requer novas formas
de diálogo entre os diferentes saberes.*

Enrique Leff

RESUMO

O conhecimento tradicional sobre plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas da Amazônia constitui um patrimônio cultural e biológico de relevância científica, social e sanitária. Este trabalho tem por objetivo sistematizar e analisar, com base em revisão bibliográfica qualitativa, o que a literatura recente revela acerca dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do estado de Roraima, examinando as espécies mais utilizadas, os modos de preparo, as aplicações terapêuticas e os principais fatores de ameaça à continuidade desse conhecimento. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, sustentada em produções científicas publicadas recentemente, disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, BDTD, Portal de periódicos da CAPES e repositórios institucionais, articuladas com autores clássicos da etnobotânica. Os resultados evidenciam que as folhas constituem a parte vegetal mais utilizada, e a decocção e a infusão são as formas de preparo predominantes. As famílias Lamiaceae, Asteraceae e Fabaceae concentram a maior diversidade de espécies medicinais citadas. Estudo de revisão para o estado de Roraima identificou 444 espécies medicinais pertencentes a 101 famílias botânicas, com predomínio das famílias Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae. Identificaram-se como principais ameaças ao conhecimento tradicional o desmatamento, a urbanização e a ruptura na transmissão oral intergeracional. Conclui-se que a etnobotânica e a agroecologia emergem como ferramentas estratégicas para documentar, valorizar e preservar esses saberes, e que pesquisas etnobotânica no contexto ribeirinho de Roraima têm papel insubstituível na produção de políticas públicas de saúde e conservação ambiental.

Palavras-chave: Etnobotânica. Conhecimento Tradicional. Plantas Medicinais. Comunidades Ribeirinhas. Roraima.

ABSTRACT

Traditional knowledge about medicinal plants in riverside communities of the Amazon constitutes a cultural and biological heritage of scientific, social, and sanitary relevance. This work aims to systematize and analyze, based on a qualitative literature review, what recent literature reveals about traditional knowledge of medicinal plants in riverside communities of the state of Roraima, examining the most used species, preparation methods, therapeutic applications, and the main factors threatening the continuity of this knowledge. The research is qualitative and bibliographic in nature, supported by recently published scientific productions available in databases such as SciELO, Google Scholar, BDTD, CAPES Periodicals Portal, and institutional repositories, articulated with classic authors of ethnobotany. The results show that leaves constitute the most used plant part, and decoction and infusion are the predominant forms of preparation. The Lamiaceae, Asteraceae, and Fabaceae families concentrate the greatest diversity of cited medicinal species. A review study for the state of Roraima identified 444 medicinal species belonging to 101 botanical families, predominantly from the Fabaceae, Lamiaceae, and Asteraceae families. Deforestation, urbanization, and the disruption of intergenerational oral transmission were identified as the main threats to traditional knowledge. It is concluded that ethnobotany and agroecology emerge as strategic tools for documenting, valuing, and preserving this knowledge, and that ethnobotanical research in the riverine context of Roraima plays an irreplaceable role in the development of public health and environmental conservation policies.

Keywords: Ethnobotany. Traditional Knowledge. Medicinal Plants. Riverside Communities. Roraima.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das referências utilizadas na pesquisa.....	Pág. 28
Quadro 2 – Distribuição do corpus documental da pesquisa.....	Pág. 29
Quadro 3 – Principais espécies de plantas medicinais citadas em estudos sobre comunidades ribeirinhas de Roraima e Amazônia.....	Pág. 34
Quadro 4 – Formas de preparo de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas.....	Pág. 35
Quadro 5 – Síntese das principais ameaças ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em comunidades ribeirinhas de Roraima.....	Pág. 37
Quadro 6 – Principais espécies medicinais citadas em comunidades ribeirinhas e respectivos compostos bioativos identificados na literatura científica.....	Pág. 40
Quadro 7 – Principais marcos normativos relacionados ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais no Brasil.....	Pág. 41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica
- CONTECC – Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia
- IFRR – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
- OMS – Organização Mundial da Saúde
- PNPIC – Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
- RENISUS – Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS
- SciELO – Scientific Electronic Library Online
- SUS – Sistema Único de Saúde
- UBS – Unidade Básica de Saúde
- WHO – World Health Organization

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema de pesquisa	15
1.2 Objetivos	15
1.2.1 Objetivo geral	15
1.2.2 Objetivos específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Etnobotânica e o estudo dos saberes populares	18
2.2 O conhecimento tradicional das comunidades ribeirinhas	20
2.3 Ameaças ao conhecimento tradicional e manejo sustentável	23
3. METODOLOGIA	25
3.1 Tipo de pesquisa e abordagem	26
3.2 Procedimentos de levantamento bibliográfico	28
3.3 Critérios de inclusão e exclusão	29
3.4 Procedimentos de análise	30
3.5 Aspectos éticos	30
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	31
4.1 Espécies vegetais, famílias botânicas e aplicações terapêuticas em Roraima	31
4.2 Formas de preparo e partes vegetais utilizadas	34
4.3 Principais ameaças ao conhecimento tradicional	36
4.4 Gênero, geração e transmissão oral do conhecimento	38
4.5 Indícios de validação científica das espécies medicinais identificadas	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
6 REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia abriga uma das maiores concentrações de biodiversidade do planeta e desempenha papel estratégico para a conservação dos recursos naturais e para a manutenção de diferentes formas de vida e culturas tradicionais. Além da expressiva diversidade biológica, a região destaca-se pela presença de povos e comunidades que desenvolveram, ao longo de gerações, conhecimentos relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais, especialmente das plantas medicinais. Esses saberes constituem importante patrimônio biocultural, uma vez que resultam da interação histórica entre os grupos humanos e os ecossistemas amazônicos.

No Brasil, o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade ganhou maior relevância nas últimas décadas. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), estabelecida durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, reconhece a contribuição dos povos tradicionais para a conservação da diversidade biológica e destaca a necessidade de proteção desses conhecimentos. Posteriormente, o Protocolo de Nagoya, adotado em 2010, reforçou os princípios relacionados ao acesso aos recursos genéticos e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização (CBD, 2011).

No contexto brasileiro, a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, conhecida como Lei da Biodiversidade, estabeleceu normas para o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, buscando assegurar direitos às comunidades detentoras desses saberes. Tal instrumento legal representa um avanço importante para a valorização dos conhecimentos tradicionais, especialmente em regiões de elevada diversidade biológica, como a Amazônia.

Entre os diversos conhecimentos construídos pelas populações amazônicas, destacam-se aqueles relacionados às plantas medicinais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma parcela significativa da população mundial utiliza recursos da medicina tradicional para cuidados básicos de saúde, especialmente em países em desenvolvimento (WHO, 2013). No Brasil, o reconhecimento institucional dessa prática foi fortalecido com a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Medicinais e

Fitoterápicos, ambas instituídas em 2006, que incentivam a utilização segura e racional desses recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O estado de Roraima apresenta características ambientais e socioculturais que favorecem a manutenção de conhecimentos tradicionais relacionados ao uso de plantas medicinais. Localizado na porção setentrional da Amazônia brasileira, o estado possui aproximadamente 224 mil km² de extensão territorial e abriga significativa diversidade de ambientes naturais, incluindo florestas, savanas e ecossistemas associados aos cursos d'água. Além disso, reúne populações indígenas, comunidades ribeirinhas, agricultores familiares e outros grupos tradicionais que mantêm estreita relação com os recursos naturais disponíveis em seus territórios.

As comunidades ribeirinhas ocupam lugar de destaque nesse cenário. Historicamente vinculadas aos rios amazônicos, essas populações desenvolveram estratégias próprias de utilização dos recursos vegetais para alimentação, construção, produção artesanal e cuidados com a saúde. O uso de plantas medicinais integra esse conjunto de práticas e representa, em muitos casos, uma alternativa acessível para o tratamento de enfermidades, especialmente em localidades onde os serviços de saúde apresentam limitações de acesso ou cobertura.

Pesquisas recentes evidenciam a expressiva diversidade de espécies medicinais utilizadas em Roraima. Pereira, Gomes e Tuler (2024) registraram 444 espécies pertencentes a 101 famílias botânicas, com predominância das famílias Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae. Apesar desses avanços, os autores destacam que a diversidade de plantas medicinais utilizadas pela população roraimense ainda não foi completamente documentada, indicando a necessidade de ampliação dos estudos na região.

O conhecimento relacionado às plantas medicinais não envolve apenas a identificação das espécies utilizadas. Abrange também formas de preparo, indicações terapêuticas, períodos adequados de coleta, manejo dos recursos vegetais e mecanismos de transmissão cultural. Em grande parte das comunidades tradicionais, esses saberes são compartilhados por meio da oralidade e da observação das práticas cotidianas, constituindo importante elemento da identidade cultural local.

Entretanto, diferentes transformações sociais e ambientais têm contribuído para o enfraquecimento desses processos de transmissão. A expansão urbana, o desmatamento, as mudanças no modo de vida das populações tradicionais e a

crescente influência de modelos culturais externos podem comprometer a continuidade desses conhecimentos. Além disso, a redução da biodiversidade afeta diretamente a disponibilidade das espécies vegetais utilizadas pelas comunidades, dificultando a manutenção de práticas tradicionais relacionadas à saúde.

Diante desse contexto, torna-se relevante reunir e analisar as evidências produzidas pela literatura científica sobre o conhecimento tradicional de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima. A sistematização dessas informações contribui para a valorização dos saberes locais, para a conservação da biodiversidade amazônica e para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à saúde, à educação ambiental e à proteção do patrimônio biocultural.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Diante da riqueza biocultural de Roraima e das pressões socioambientais que afetam as comunidades ribeirinhas, o problema que orienta este estudo pode ser assim formulado: como a literatura científica recente tem documentado a construção, a transmissão e as ameaças ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima?

Para direcionar a investigação, desdobram-se as seguintes questões norteadoras:

- Quais são as principais espécies vegetais utilizadas, suas famílias botânicas, partes empregadas e formas de preparo predominantes?
- Quais fatores (ambientais, sociodemográficos, culturais e econômicos) mais comprometem a continuidade desse saber?
- Como se dá o protagonismo feminino e o papel da transmissão oral na perpetuação desse conhecimento?
- Em que medida as espécies utilizadas têm sido validadas pela pesquisa científica e quais as implicações disso para as políticas públicas?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar, com base em revisão bibliográfica qualitativa, o que a literatura científica recente revela sobre o conhecimento tradicional de plantas medicinais nas

comunidades ribeirinhas do estado de Roraima, examinando as espécies mais utilizadas, os modos de preparo, as aplicações terapêuticas e os principais fatores de ameaça à continuidade desse conhecimento.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Identificar as principais espécies de plantas medicinais citadas em estudos realizados em comunidades ribeirinhas de Roraima, suas respectivas famílias botânicas, bem como as formas de preparo e as partes vegetais mais utilizadas.
2. Analisar os principais fatores de ameaça à continuidade do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais documentados na literatura para o contexto ribeirinho de Roraima.
3. Examinar o papel do gênero e da transmissão oral na perpetuação do conhecimento etnobotânico, com ênfase na centralidade feminina e nos desafios geracionais.
4. Discutir os indícios de validação científica das espécies medicinais identificadas e as implicações dessas evidências para a formulação de políticas públicas de saúde e conservação ambiental no estado.

1.3 JUSTIFICATIVA

A relevância desta pesquisa pode ser compreendida a partir de dimensões científicas, sociais, ambientais e educacionais, que evidenciam a importância do estudo dos conhecimentos tradicionais relacionados às plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima.

Dimensão científica

A etnobotânica tem contribuído significativamente para a compreensão das relações estabelecidas entre as populações humanas e os recursos vegetais utilizados em seu cotidiano. No contexto amazônico, entretanto, ainda existem lacunas relacionadas ao registro e à sistematização dos conhecimentos tradicionais associados às plantas medicinais, especialmente em áreas menos investigadas da região Norte do Brasil.

Em Roraima, Pereira, Gomes e Tuler (2024) destacam a existência de diversos estudos sobre plantas medicinais, porém apontam a ausência de uma sistematização abrangente que permita compreender a diversidade de espécies utilizadas no estado.

Dessa forma, a presente pesquisa contribui para ampliar o conhecimento etnobotânico regional, reunindo informações dispersas na literatura científica e fornecendo subsídios para futuras investigações em áreas como etnobotânica, etnofarmacologia, conservação da biodiversidade e saúde coletiva.

Dimensão social

Os conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais representam parte importante do patrimônio cultural das comunidades ribeirinhas amazônicas. Esses saberes são construídos e compartilhados ao longo das gerações por meio da convivência familiar, da observação das práticas cotidianas e da experiência acumulada pelos membros mais antigos das comunidades.

Além de sua relevância cultural, as plantas medicinais desempenham papel importante nos cuidados básicos de saúde, sobretudo em localidades onde o acesso aos serviços médicos especializados é limitado. Nesse contexto, documentar e valorizar esses conhecimentos contribui para o reconhecimento da identidade cultural das comunidades ribeirinhas e para a preservação de práticas que continuam exercendo funções significativas no cotidiano dessas populações.

Dimensão ambiental

A conservação da biodiversidade amazônica está diretamente relacionada à manutenção dos conhecimentos tradicionais associados ao uso dos recursos naturais. Diversos estudos demonstram que comunidades tradicionais desenvolvem formas de manejo que favorecem o uso sustentável das espécies vegetais e contribuem para a conservação dos ecossistemas locais (DIEGUES, 2000; LEFF, 2010).

Entretanto, fatores como desmatamento, expansão urbana, mudanças climáticas e pressão sobre os territórios tradicionais podem comprometer tanto a disponibilidade das espécies medicinais quanto a continuidade dos conhecimentos relacionados ao seu uso. Assim, pesquisas que registram e analisam esses saberes também colaboram para o fortalecimento das estratégias de conservação da biodiversidade e do patrimônio biocultural amazônico.

Dimensão educacional

Esta pesquisa apresenta relevância para a formação de professores de Ciências Biológicas, especialmente daqueles que atuarão em contextos amazônicos e em comunidades tradicionais. A valorização dos conhecimentos locais possibilita a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, capazes de aproximar os conteúdos científicos da realidade vivenciada pelos estudantes.

No município de Caracaraí, por exemplo, muitas famílias mantêm vínculos históricos com os rios, a floresta e o uso tradicional de plantas medicinais. Nesse cenário, o diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional pode favorecer abordagens interdisciplinares voltadas ao ensino de Ciências, à Educação Ambiental e à valorização da diversidade cultural. Assim, a formação docente comprometida com a realidade regional contribui para a construção de processos educativos mais significativos e socialmente contextualizados.

Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela contribuição que oferece à produção do conhecimento científico, à valorização dos saberes tradicionais, à conservação da biodiversidade amazônica e ao fortalecimento de práticas educacionais comprometidas com a realidade sociocultural de Roraima.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Etnobotânica e o estudo dos saberes populares

A etnobotânica constitui um campo interdisciplinar dedicado ao estudo das relações estabelecidas entre os grupos humanos e os recursos vegetais utilizados em diferentes contextos culturais. Seu objeto de investigação abrange não apenas a identificação das espécies empregadas pelas populações, mas também os conhecimentos, práticas, crenças e formas de manejo associados ao uso das plantas. Por reunir contribuições da Botânica, Antropologia, Ecologia, Farmacologia, História e Sociologia, a etnobotânica possibilita compreender como diferentes sociedades constroem e transmitem conhecimentos sobre o mundo vegetal (ALBUQUERQUE; HANAZAKI, 2006).

Os estudos etnobotânicos ganharam destaque internacional a partir das contribuições de Richard Evans Schultes, considerado um dos principais pioneiros da área. Suas pesquisas realizadas na Amazônia evidenciaram a complexidade dos conhecimentos desenvolvidos por povos indígenas e comunidades tradicionais acerca das propriedades e aplicações das plantas.

Segundo Schultes e Reis (1995), o uso tradicional dos recursos vegetais resulta de longos processos de observação, experimentação e transmissão cultural, constituindo importante fonte de informações para pesquisas científicas relacionadas à conservação da biodiversidade e à descoberta de novos compostos bioativos.

No Brasil, a etnobotânica consolidou-se como importante área de investigação científica ao evidenciar a diversidade de conhecimentos presentes entre povos indígenas, comunidades quilombolas, agricultores familiares e populações ribeirinhas. Albuquerque e Hanazaki (2006) destacam que esses grupos acumulam experiências construídas ao longo de gerações, desenvolvendo formas próprias de classificação, manejo e utilização dos recursos vegetais disponíveis em seus territórios. Tais conhecimentos desempenham papel relevante tanto na manutenção da cultura local quanto na conservação dos ecossistemas onde essas populações vivem.

Nesse contexto, a utilização de plantas medicinais ocupa posição de destaque. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a importância da medicina tradicional para milhões de pessoas em diferentes regiões do mundo, especialmente em países em desenvolvimento, onde os recursos vegetais frequentemente representam uma alternativa acessível para os cuidados básicos de saúde (WHO, 2013). Além de sua função terapêutica, as plantas medicinais integram sistemas culturais complexos que envolvem práticas de cura, crenças, valores e formas específicas de interação com a natureza.

A literatura especializada destaca que os conhecimentos relacionados às plantas medicinais não devem ser interpretados como meras práticas empíricas desvinculadas de fundamentos próprios. Conforme argumenta Diegues (2000), os saberes tradicionais resultam de processos históricos de interação entre as populações e seus ambientes, constituindo formas legítimas de conhecimento sobre os recursos naturais.

Essa perspectiva contribui para superar interpretações que estabelecem relações hierárquicas entre conhecimento científico e conhecimento tradicional, reconhecendo que ambos são produzidos por métodos distintos e atendem a finalidades específicas.

Na Amazônia, a etnobotânica assume relevância particular devido à elevada diversidade biológica e cultural existente na região. As populações tradicionais desenvolveram estratégias de uso dos recursos vegetais que incluem aplicações medicinais, alimentares, ritualísticas e econômicas. Essas práticas refletem adaptações construídas ao longo do tempo e estão profundamente associadas às condições ambientais locais. Em muitos casos, o conhecimento sobre as plantas constitui elemento essencial para a sobrevivência e para a organização social das comunidades (POSEY, 1987).

As comunidades ribeirinhas amazônicas representam um exemplo significativo dessa relação entre sociedade e natureza. Dependentes dos recursos oferecidos pelos rios e pelas florestas, essas populações mantêm amplo repertório de conhecimentos sobre espécies vegetais utilizadas no tratamento de enfermidades, na alimentação e em atividades produtivas.

Estudos realizados em diferentes localidades da Amazônia demonstram que as plantas medicinais permanecem presentes no cotidiano dessas comunidades, mesmo diante das transformações sociais e econômicas observadas nas últimas décadas.

No estado de Roraima, pesquisas recentes têm ampliado o conhecimento sobre a diversidade de espécies medicinais utilizadas pelas populações locais. Pereira, Gomes e Tuler (2024) registraram 444 espécies distribuídas em 101 famílias botânicas, evidenciando a riqueza do patrimônio etnobotânico regional. Apesar desses avanços, os autores ressaltam que grande parte dos conhecimentos existentes ainda não foi devidamente documentada, o que demonstra a necessidade de novas investigações voltadas ao registro, à valorização e à conservação desses saberes.

Diante desse contexto, a etnobotânica apresenta-se como importante ferramenta para compreender as interações entre biodiversidade e cultura, contribuindo para o reconhecimento dos conhecimentos tradicionais, para a conservação dos recursos naturais e para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à saúde, à educação ambiental e ao uso sustentável da biodiversidade amazônica (ALBUQUERQUE et al., 2022).

2.2 O conhecimento tradicional das comunidades ribeirinhas

O conhecimento tradicional pode ser compreendido como o conjunto de saberes, práticas e experiências construídos coletivamente por diferentes grupos sociais ao longo do tempo, a partir de suas relações com o ambiente em que vivem. Trata-se de um conhecimento transmitido entre gerações e constantemente atualizado pelas vivências cotidianas, desempenhando papel importante na organização social, na utilização dos recursos naturais e na construção da identidade cultural das comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000).

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, esse conhecimento está diretamente relacionado aos rios, às florestas e aos recursos naturais disponíveis nos

territórios ocupados por essas populações. A convivência histórica com os ecossistemas amazônicos possibilitou o desenvolvimento de práticas específicas de pesca, agricultura, extrativismo e uso medicinal das plantas, formando um conjunto de saberes que orienta diferentes aspectos da vida comunitária. Esses conhecimentos resultam de processos contínuos de observação da natureza, experimentação e compartilhamento de experiências entre os membros da comunidade.

De acordo com Diegues (2000), os conhecimentos tradicionais não constituem formas inferiores de conhecimento quando comparados à ciência moderna. Ao contrário, representam sistemas próprios de interpretação da realidade, desenvolvidos em contextos históricos e culturais específicos. Essa compreensão é fundamental para evitar perspectivas hierarquizantes que desconsideram a contribuição das populações tradicionais para a conservação da biodiversidade e para a utilização sustentável dos recursos naturais.

Sob essa perspectiva, Toledo e Barrera-Bassols (2015) propõem o conceito de memória biocultural para explicar a estreita relação existente entre diversidade biológica e diversidade cultural. Segundo os autores, os conhecimentos acumulados pelas comunidades tradicionais integram uma herança construída ao longo de gerações, na qual informações sobre plantas, animais, paisagens e formas de manejo são transmitidas juntamente com valores culturais, crenças e práticas sociais. A perda desses conhecimentos implica não apenas impactos culturais, mas também a redução de estratégias historicamente desenvolvidas para a convivência sustentável com os ecossistemas.

Nas comunidades ribeirinhas, a transmissão do conhecimento ocorre predominantemente por meio da oralidade e da participação nas atividades cotidianas. Crianças e jovens aprendem observando os mais velhos durante a coleta de plantas, a preparação de remédios caseiros, os cuidados com os quintais e as práticas relacionadas à saúde familiar. Esse processo educativo informal permite a continuidade dos saberes tradicionais e fortalece os vínculos comunitários, ao mesmo tempo em que favorece a preservação da identidade cultural local.

Diversos estudos realizados na Amazônia demonstram que as mulheres desempenham papel central nesse processo de transmissão. Frequentemente responsáveis pelos cuidados com a saúde da família e pelo manejo dos quintais medicinais, elas atuam como importantes guardiãs do conhecimento sobre plantas medicinais, incluindo informações relacionadas às formas de preparo, indicações

terapêuticas e possíveis restrições de uso. Essa participação evidencia que o conhecimento tradicional está associado não apenas ao ambiente natural, mas também às relações sociais construídas dentro das comunidades (VÁSQUEZ; MENDONÇA; NODA, 2014; SHIVA, 2001).

No estado de Roraima, pesquisas etnobotânicas têm registrado a presença de conhecimentos tradicionais relacionados ao uso de espécies vegetais para o tratamento de enfermidades respiratórias, digestivas, inflamatórias e dermatológicas. Estudos realizados em comunidades ribeirinhas e indígenas demonstram que plantas como andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera* spp.) e mastruz (*Dysphania ambrosioides*) continuam sendo amplamente utilizadas pelas populações locais, evidenciando a permanência desses saberes no cotidiano das comunidades (PEREIRA; GOMES; TULER, 2024).

O reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais também encontra respaldo em instrumentos legais nacionais e internacionais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 2.519/1998, estabelece a necessidade de respeitar, preservar e manter os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

De forma complementar, o Protocolo de Nagoya reforça a importância da participação dessas populações nos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e dos conhecimentos associados.

No âmbito nacional, a Lei nº 13.123/2015 representa importante marco jurídico para a proteção do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados. A legislação reconhece a contribuição das comunidades tradicionais para a conservação da biodiversidade e estabelece mecanismos voltados à repartição justa dos benefícios obtidos a partir da utilização desses conhecimentos em pesquisas científicas e atividades econômicas. Apesar dos avanços normativos, diversos autores apontam desafios relacionados à efetiva implementação dessas medidas, especialmente em regiões amazônicas caracterizadas por grandes distâncias geográficas e limitações no acesso às políticas públicas.

Considerando esse contexto, o conhecimento tradicional das comunidades ribeirinhas deve ser compreendido como patrimônio biocultural de elevada relevância social, ambiental e científica. Além de contribuir para os cuidados com a saúde e para a utilização sustentável dos recursos naturais, esses saberes representam

importantes registros da interação histórica entre as populações amazônicas e os ecossistemas nos quais estão inseridas. Sua valorização e preservação constituem elementos fundamentais para a conservação da biodiversidade e para o fortalecimento das identidades culturais tradicionais.

2.3 Ameaças ao conhecimento tradicional e manejo sustentável

A continuidade do conhecimento tradicional relacionado às plantas medicinais depende não apenas da permanência dos grupos sociais que o produzem, mas também da conservação dos ambientes naturais onde esse conhecimento foi historicamente construído.

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, os saberes sobre espécies medicinais estão diretamente associados à biodiversidade local, aos modos de vida tradicionais e aos processos de transmissão cultural entre gerações. Dessa forma, alterações ambientais e sociais podem afetar significativamente a manutenção desse patrimônio biocultural.

Entre os principais fatores apontados pela literatura destacam-se o desmatamento, a expansão das atividades econômicas sobre áreas naturais, a urbanização crescente, o êxodo rural e o envelhecimento dos detentores dos conhecimentos tradicionais. Esses processos reduzem o contato das novas gerações com os recursos naturais e enfraquecem os mecanismos de transmissão oral que historicamente garantiram a preservação desses saberes.

Segundo Diegues (2000, p. 87):

As populações tradicionais desenvolveram, ao longo do tempo, formas específicas de utilização dos recursos naturais que contribuíram para a manutenção da biodiversidade. Entretanto, a expansão de modelos econômicos baseados na exploração intensiva dos recursos naturais tem provocado transformações profundas nos territórios tradicionais, comprometendo não apenas a conservação ambiental, mas também os conhecimentos construídos historicamente por essas populações.

A reflexão proposta pelo autor evidencia que a perda do conhecimento tradicional não ocorre de forma isolada. Frequentemente, está associada à redução da biodiversidade e à transformação dos territórios onde esses saberes são produzidos e compartilhados. Quando determinadas espécies vegetais deixam de existir ou se tornam inacessíveis às comunidades, parte das práticas associadas ao seu uso tende a desaparecer gradualmente.

Outro aspecto frequentemente discutido na literatura refere-se ao êxodo rural. A busca por oportunidades de trabalho, educação e acesso a serviços nas áreas urbanas tem contribuído para o afastamento de jovens das comunidades tradicionais. Como consequência, muitos conhecimentos que eram transmitidos no convívio familiar deixam de ser compartilhados de forma contínua.

Toledo e Barrera-Bassols (2015) destacam que a ruptura dos processos de transmissão intergeracional constitui uma das principais ameaças à memória biocultural dos povos tradicionais.

Além das transformações sociais, as mudanças climáticas também vêm sendo apontadas como fator de preocupação. Alterações nos regimes de chuva, aumento das temperaturas e eventos climáticos extremos podem interferir na distribuição geográfica das espécies vegetais e modificar os ciclos naturais de desenvolvimento das plantas utilizadas pelas comunidades. Tais mudanças podem comprometer a disponibilidade de espécies medicinais e dificultar práticas tradicionais de coleta e manejo (CÁMARA-LERET; BASCOMPTE, 2021).

Outro tema relevante é a biopirataria, entendida como a apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais sem o consentimento das comunidades detentoras desses saberes ou sem repartição justa dos benefícios gerados.

Conforme observa Shiva (2001), a exploração comercial de recursos biológicos frequentemente ocorre de maneira desigual, favorecendo grandes corporações e excluindo as populações que historicamente contribuíram para a conservação e o desenvolvimento desses conhecimentos.

Nesse cenário, a proteção dos conhecimentos tradicionais exige não apenas iniciativas voltadas ao registro documental desses saberes, mas também políticas públicas que garantam a permanência das comunidades em seus territórios e a conservação dos ecossistemas associados. A Lei nº 13.123/2015 representa um avanço nesse sentido ao estabelecer mecanismos para proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético brasileiro e para a repartição de benefícios decorrentes de sua utilização.

A discussão sobre conservação ambiental e conhecimento tradicional encontra importante contribuição nas reflexões de Leff (2010, p. 37), que afirma:

A crise ambiental não se reduz à degradação dos recursos naturais. Ela expressa uma crise dos modos de conhecimento e das formas de apropriação

da natureza construídas pela racionalidade econômica dominante. A sustentabilidade requer novas formas de diálogo entre os diferentes saberes, reconhecendo a diversidade cultural como condição para a construção de sociedades ambientalmente sustentáveis.

A partir dessa perspectiva, o manejo sustentável dos recursos naturais deve ser compreendido como estratégia que integra conservação ambiental, valorização cultural e justiça social. As comunidades tradicionais não apenas utilizam os recursos naturais disponíveis em seus territórios, mas também desenvolvem conhecimentos e práticas que contribuem para sua manutenção ao longo do tempo.

No caso das comunidades ribeirinhas de Roraima, estudos recentes demonstram que os quintais medicinais, as áreas de coleta e os sistemas locais de manejo representam importantes espaços de conservação da agrobiodiversidade. Esses ambientes funcionam como reservatórios de espécies vegetais utilizadas para fins medicinais e favorecem a continuidade da transmissão dos conhecimentos associados (PEREIRA; GOMES; TULER, 2024).

Assim, a preservação do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais depende de ações integradas que envolvam conservação da biodiversidade, fortalecimento das comunidades tradicionais, valorização dos processos de transmissão cultural e implementação efetiva das políticas públicas de proteção aos conhecimentos tradicionais. Sem essas iniciativas, parte significativa do patrimônio biocultural amazônico poderá ser gradualmente perdida, comprometendo não apenas a diversidade cultural da região, mas também possibilidades futuras de pesquisa, inovação e uso sustentável da biodiversidade (LEFF, 2010; DIEGUES, 2000).

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa e abordagem

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, constituídos principalmente por livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos institucionais, permitindo ao pesquisador analisar e interpretar diferentes produções sobre determinado tema.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão de fenômenos sociais e culturais que não podem ser reduzidos a dados exclusivamente quantitativos. Considerando que o objeto deste estudo envolve conhecimentos tradicionais associados ao uso de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas, tornou-se necessário privilegiar aspectos relacionados às experiências, significados, práticas culturais e processos de transmissão desses saberes.

De acordo com Minayo (2014, p. 21):

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não apenas por agir, mas por interpretar suas ações e a realidade em que vive.

Dessa forma, a abordagem qualitativa mostrou-se adequada para compreender as múltiplas dimensões que envolvem o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais e sua relação com os contextos socioculturais das comunidades ribeirinhas amazônicas.

3.2 Procedimentos de levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de Fevereiro e Junho de 2026, utilizando publicações disponíveis em bases de dados nacionais e internacionais reconhecidas pela comunidade científica. Foram consultadas as plataformas SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e repositórios institucionais de universidades que desenvolvem pesquisas relacionadas à Amazônia.

Além das bases de dados eletrônicas, foram consultadas obras clássicas da etnobotânica, da ecologia e dos conhecimentos tradicionais, selecionadas por sua reconhecida relevância científica e por contribuírem para a fundamentação teórica do estudo, mesmo quando publicadas anteriormente ao recorte temporal estabelecido.

Para a busca dos estudos foram empregados descritores em língua portuguesa e inglesa.

Descritores em português

- Etnobotânica;
- Plantas medicinais;

- Conhecimento tradicional;
- Comunidades ribeirinhas;
- Roraima;
- Biodiversidade amazônica;
- Conservação ambiental.

Descritores em inglês

- Ethnobotany;
- Medicinal plants;
- Traditional knowledge;
- Riverside communities;
- Amazon biodiversity;
- Environmental conservation.

Os descritores foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, permitindo ampliar e refinar os resultados encontrados. Entre as combinações utilizadas destacam-se:

- “Etnobotânica” AND “plantas medicinais”;
- “Conhecimento tradicional” AND “comunidades ribeirinhas”;
- “Medicinal plants” AND “traditional knowledge”;
- “Ethnobotany” AND “Amazon”;
- “Roraima” AND “medicinal plants”.

O operador AND foi empregado para restringir os resultados às publicações que abordavam simultaneamente os descritores pesquisados, enquanto o operador OR possibilitou ampliar a recuperação de estudos que apresentavam termos equivalentes ou relacionados ao objeto investigado. Essa estratégia contribuiu para tornar o processo de busca mais específico e compatível com os objetivos da pesquisa.

A utilização desses operadores possibilitou a identificação de estudos diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa, contribuindo para a construção de um corpus documental consistente e atualizado.

Com a finalidade de caracterizar o conjunto de documentos utilizados nesta revisão bibliográfica, as produções selecionadas foram organizadas conforme sua tipologia documental. Essa classificação permitiu identificar a diversidade das fontes

empregadas na construção do referencial teórico e na análise dos resultados, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização das referências utilizadas na pesquisa

Tipo de documento	Quantidade
Artigos científicos	13
Livros	8
Teses	1
Anais de eventos científicos	3
Documentos oficiais e legislação	9
Relatório institucional	1
Total de referências	35

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram considerados elegíveis para compor o corpus da pesquisa:

- Artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares;
- Dissertações e teses;
- Livros e capítulos de livros de reconhecida relevância acadêmica;
- Documentos oficiais, legislações e políticas públicas relacionadas ao tema;
- Publicações disponibilizadas em português, inglês ou espanhol;
- Estudos publicados entre 2015 e 2026;
- Obras clássicas indispensáveis à fundamentação teórica da etnobotânica, mesmo anteriores ao período delimitado.

A definição do recorte temporal entre 2015 e 2026 justifica-se por contemplar a produção científica mais recente sobre conhecimento tradicional, conservação da biodiversidade e plantas medicinais, sem desconsiderar referências clássicas fundamentais para a compreensão do objeto investigado.

Foram excluídos:

- Trabalhos duplicados;
- Resumos simples sem texto completo disponível;
- Materiais sem rigor científico identificado;

- Estudos que não apresentavam relação direta com a temática da pesquisa;
- Documentos sem autoria ou origem institucional claramente identificadas.

Após a aplicação desses critérios, foram selecionadas as produções consideradas mais relevantes para atender aos objetivos estabelecidos neste estudo.

Depois dessa seleção dos estudos, procedeu-se à organização do corpus documental conforme a finalidade de utilização no desenvolvimento da pesquisa. Parte das produções subsidiou a construção do referencial teórico, enquanto outras fundamentaram a análise e a discussão dos resultados, permitindo uma interpretação crítica da literatura especializada. A distribuição desse corpus é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição do corpus documental da pesquisa

Destinação das produções	Quantidade
Utilizadas na fundamentação teórica	17
Utilizadas nos resultados e discussões	18
Total do corpus documental	35

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

3.4 Procedimentos de análise

Os materiais selecionados foram submetidos à técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), amplamente utilizada em pesquisas qualitativas por possibilitar a interpretação sistemática de informações textuais.

Segundo Bardin (2016, p. 48):

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

A análise foi desenvolvida em três etapas principais:

a) Pré-análise

Consistiu na leitura exploratória dos materiais selecionados, organização do corpus documental e definição dos objetivos analíticos.

b) Exploração do material

Nesta etapa foram identificadas informações relacionadas aos objetivos da pesquisa, permitindo a codificação dos conteúdos e a construção das categorias temáticas.

c) Tratamento dos resultados e interpretação

Os dados obtidos foram analisados de forma crítica, buscando identificar convergências, divergências, tendências e lacunas presentes na literatura científica.

Com base nesse processo foram definidas as seguintes categorias analíticas:

Categoria 1 – Espécies medicinais e aplicações terapêuticas

Análise das espécies vegetais mais citadas, famílias botânicas predominantes e usos terapêuticos atribuídos pelas comunidades.

Categoria 2 – Formas de preparo e transmissão dos saberes

Discussão das práticas de utilização das plantas medicinais e dos mecanismos de transmissão do conhecimento tradicional.

Categoria 3 – Ameaças ao conhecimento tradicional

Identificação dos fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos que podem comprometer a continuidade desses saberes.

Categoria 4 – Gênero e transmissão intergeracional

Análise do papel das mulheres, dos idosos e das relações familiares na preservação dos conhecimentos tradicionais.

Categoria 5 – Validação científica e políticas públicas

Discussão dos estudos farmacológicos, das evidências científicas existentes e dos instrumentos legais voltados à proteção do conhecimento tradicional.

3.5 Aspectos éticos

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, não houve participação direta de seres humanos nem realização de coleta de dados em campo, dispensando apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme as diretrizes vigentes para pesquisas dessa natureza.

Entretanto, foram observados os princípios éticos relacionados à produção científica, incluindo a correta citação das fontes consultadas, o respeito à propriedade

intelectual dos autores e a fidelidade às informações apresentadas nos documentos analisados.

Além disso, buscou-se tratar os conhecimentos tradicionais das comunidades ribeirinhas com respeito e responsabilidade acadêmica, reconhecendo-os como parte integrante do patrimônio biocultural amazônico e valorizando a contribuição dessas populações para a conservação da biodiversidade e para a construção de saberes relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Espécies vegetais, famílias botânicas e aplicações terapêuticas em roraima

A análise dos estudos selecionados evidencia que o conhecimento tradicional relacionado às plantas medicinais permanece amplamente presente nas comunidades ribeirinhas de Roraima e em outras localidades da Amazônia brasileira.

Os levantamentos revisados registram significativa diversidade de espécies utilizadas para fins terapêuticos, revelando não apenas a riqueza biológica da região, mas também a complexidade dos conhecimentos desenvolvidos pelas populações tradicionais ao longo do tempo.

A revisão etnobotânica realizada por Pereira, Gomes e Tuler (2024) identificou 444 espécies medicinais distribuídas em 101 famílias botânicas no estado de Roraima. Entre as famílias mais representativas destacam-se Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae, resultado semelhante ao observado em pesquisas desenvolvidas em outras regiões amazônicas.

Essa recorrência sugere que determinadas famílias vegetais possuem características que favorecem sua utilização medicinal, seja pela ampla distribuição geográfica, pela facilidade de cultivo ou pela presença de compostos bioativos reconhecidos pela literatura farmacológica.

A frequência com que espécies pertencentes às famílias Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae aparecem nos estudos pode estar relacionada à diversidade de compostos químicos presentes nesses grupos vegetais. Pesquisas farmacológicas indicam que muitas dessas espécies possuem metabólitos secundários com atividades anti-inflamatórias, antimicrobianas e antioxidantes, características que

ajudam a explicar sua recorrência nos sistemas tradicionais de cuidado à saúde (ALBUQUERQUE et al., 2022; PEREIRA; GOMES; TULER, 2024).

Entre as espécies mais frequentemente mencionadas nos estudos analisados encontram-se a andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), a copaíba (*Copaifera* spp.), o mastruz (*Dysphania ambrosioides*), o capim-santo (*Cymbopogon citratus*), a hortelã (*Mentha* spp.) e a japana-roxa (*Ayapana triplinervis*). Essas espécies são utilizadas principalmente no tratamento de inflamações, infecções, problemas gastrointestinais, afecções respiratórias e dores musculares, refletindo as demandas de saúde mais frequentes observadas nas comunidades estudadas (PEREIRA; GOMES; TULER, 2024; VÁSQUEZ, MENDONÇA E NODA, 2014).

Entretanto, os resultados da literatura demonstram que a utilização dessas plantas não deve ser interpretada apenas como alternativa diante da ausência de serviços formais de saúde.

Em muitos casos, as práticas fitoterápicas integram sistemas culturais de cuidado construídos historicamente pelas comunidades, envolvendo conhecimentos sobre coleta, preparo, dosagem e formas adequadas de utilização. Dessa forma, as plantas medicinais assumem funções que ultrapassam a dimensão terapêutica, participando da construção das identidades culturais locais (DIEGUES, 2000; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Nesse contexto, merece destaque a espécie conhecida popularmente como mastruz, também denominada erva-de-santa-maria. Embora apareça sob diferentes nomes populares nos estudos analisados, ambas as denominações referem-se à mesma espécie botânica, *Dysphania ambrosioides*. A distinção apenas pelo nome popular pode gerar interpretações equivocadas sobre a diversidade efetiva de espécies utilizadas pelas comunidades, tornando necessária a padronização da nomenclatura científica nos levantamentos etnobotânicos.

Outro aspecto relevante refere-se à validação científica das espécies citadas. Parte significativa das plantas identificadas já foi objeto de estudos farmacológicos que confirmam algumas das propriedades terapêuticas reconhecidas pelas populações tradicionais. A copaíba, por exemplo, apresenta atividade anti-inflamatória associada à presença de sesquiterpenos e diterpenos em sua oleorresina.

Da mesma forma, a andiroba possui limonoides relacionados a atividades anti-inflamatórias e repelentes de insetos, enquanto o capim-santo apresenta compostos

como citral e geraniol, frequentemente associados a efeitos calmantes e ansiolíticos (ALBUQUERQUE et al., 2022; WHO, 2013).

A Organização Mundial da Saúde destaca a relevância desses conhecimentos ao afirmar que:

A medicina tradicional continua desempenhando papel importante nos cuidados de saúde de grande parte da população mundial. O uso de plantas medicinais permanece amplamente difundido, especialmente em países em desenvolvimento, sendo necessário promover pesquisas que avaliem sua segurança, eficácia e qualidade, bem como fortalecer mecanismos que assegurem seu uso racional e seguro (WHO, 2013, p. 15).

Embora diversas espécies apresentem evidências científicas favoráveis, a literatura também aponta limitações importantes. Nem todas as plantas utilizadas pelas comunidades possuem estudos farmacológicos suficientes para comprovar sua eficácia ou estabelecer dosagens seguras. Além disso, fatores como forma de preparo, concentração dos compostos ativos, condições ambientais e características individuais dos usuários podem influenciar os resultados terapêuticos observados (WHO, 2013).

Essa realidade evidencia uma lacuna ainda presente na produção científica relacionada às plantas medicinais amazônicas. Enquanto algumas espécies, como copaíba e andiroba, receberam maior atenção da comunidade científica, outras permanecem pouco investigadas, apesar de seu uso frequente pelas populações tradicionais (PEREIRA; GOMES; TULER, 2024).

Tal cenário reforça a necessidade de ampliar pesquisas etnobotânicas e etnofarmacológicas voltadas ao contexto amazônico, especialmente em regiões ainda pouco estudadas, como determinadas áreas do estado de Roraima.

Dessa forma, os resultados analisados demonstram que o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais constitui importante fonte de informações para a pesquisa científica, para a conservação da biodiversidade e para a formulação de políticas públicas relacionadas à saúde. Ao mesmo tempo, revelam a necessidade de fortalecer estratégias de documentação, valorização e proteção desses saberes, reconhecendo as comunidades tradicionais como protagonistas na produção e manutenção desse patrimônio biocultural (ALBUQUERQUE et al., 2022; LEFF, 2010).

O Quadro 3 apresenta uma síntese das principais espécies identificadas nos estudos revisados, com ênfase nas espécies documentadas em Roraima.

Quadro 3- Principais espécies de plantas medicinais citadas em estudos sobre comunidades ribeirinhas de Roraima e Amazônia.

Nome Popular	Nome Científico	Família Botânica	Uso Terapêutico Principal	Parte Utilizada
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i> Aubl.	Meliaceae	Repelente, anti-inflamatório, musculares	Óleo da semente
Copaíba	<i>Copaifera</i> spp.	Fabaceae	Anti-inflamatório, cicatrizante	Óleo
Erva-de-santa-maria/ Mastruz	<i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosyakin	Amaranthaceae	Distúrbios gastrointestinais, antiparasitário	Folhas
Hortelã	<i>Mentha</i> spp.	Lamiaceae	Cólica, dores de cabeça	Folhas
Boldo	<i>Peumus boldus</i> Molina	Monimiaceae	Problemas hepáticos, digestivo	Folhas
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf	Poaceae	Sedativo, hipotensor	Folhas
Corama	<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers.	Crassulaceae	Anti-inflamatório, febre	Folhas
Cipó-cabeludo	<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	Asteraceae	Afecções respiratórias	Folhas
Japana-roxa	<i>Ayapana triplinervis</i> (Vahl) R.M.King	Asteraceae	Antidiarreico, antisséptico	Folhas

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026), com base em Pereira, Gomes e Tuler (2024); Vásquez, Mendonça e Noda (2014); Chaves et al. (2026).

Conforme observado no Quadro 3, as espécies citadas revelam uma dualidade significativa no repertório medicinal ribeirinho. Coexistem plantas nativas amazônicas de alto valor cultural e ecológico, como a copaíba (*Copaifera langsdorffii*) e a andiroba (*Carapa guianensis*), com espécies exóticas cultivadas nos quintais domésticos, como a hortelã (*Mentha* spp.) e o boldo (*Peumus boldus*). Essa convivência reflete a dinâmica histórica de contato entre saberes indígenas originais e influências trazidas pela colonização europeia e por fluxos migratórios posteriores. Longe de representar uma contaminação do conhecimento tradicional, essa hibridização é parte constitutiva da cultura ribeirinha (DIEGUES, 2000; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

4.2 Formas de preparo e partes vegetais utilizadas

Além da diversidade de espécies utilizadas pelas comunidades ribeirinhas, os estudos analisados evidenciam que o conhecimento tradicional envolve práticas específicas relacionadas ao preparo e à administração dos remédios vegetais. O valor

terapêutico atribuído às plantas não está associado apenas à espécie utilizada, mas também ao modo como seus princípios ativos são extraídos e aplicados.

A literatura demonstra que diferentes formas de preparo são empregadas de acordo com a parte vegetal utilizada, o tipo de enfermidade tratada e os conhecimentos acumulados pelas famílias ao longo das gerações. Esse aspecto revela que o conhecimento tradicional não se limita à identificação das plantas, abrangendo também procedimentos técnicos construídos empiricamente e aperfeiçoados pela experiência coletiva (VÁSQUEZ, MENDONÇA E NODA 2014; TOLEDO, BARRERA- BASSOLS 2015).

Nos estudos realizados em comunidades amazônicas, observa-se predominância do uso de folhas, especialmente em preparações por infusão e decocção, resultado recorrente em levantamentos etnobotânicos desenvolvidos na região (VÁSQUEZ, MENDONÇA E NODA, 2014; PEREIRA, GOMES E TULER, 2024). O Quadro 4 apresenta uma síntese das principais formas de preparo registradas nos estudos analisados.

Quadro 4- Formas de preparo de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas

Forma de Preparo	Descrição	Indicações Comuns
Decocção (chá cozido)	Fervura das partes duras da planta (raízes, cascas, sementes) em água por 10 a 20 minutos	Infecções, problemas gastrointestinais, dores reumáticas
Infusão (chá de abafar)	Partes frescas ou secas cobertas com água quente e abafadas por 5 a 10 minutos	Resfriados, febre, cólicas, insônia
Xarope	Planta cozida com açúcar ou mel até obter consistência xaroposa	Tosse, afecções do trato respiratório
Pomada/Cataplasma	Aplicação direta de partes trituradas da planta sobre a pele	Feridas, inflamações locais, picadas de insetos
Banho medicinal Macerado ou decocção	Adicionado à água do banho ou utilizado na forma de aspersão sobre o corpo	Doenças de pele, febres, dores musculares
Gargarejo/Bochecho	Solução aquosa preparada por infusão ou decocção, utilizada na cavidade bucal	Inflamações da garganta, aftas, gengivites

Fonte: Elaborado pelas acadêmicas, (2026), com base em Brasil (2006); Brasil (2009); Vásquez, Mendonça e Noda (2014); Pereira, Gomes e Tuler (2024).

Os dados apresentados no Quadro 4 evidenciam que a escolha da forma de preparo não ocorre de maneira aleatória. Existe um conjunto de conhecimentos construídos ao longo do tempo que orienta a utilização adequada das diferentes partes vegetais.

A predominância da infusão e da decocção pode ser explicada pela simplicidade dos procedimentos e pela facilidade de realização no ambiente doméstico. Entretanto, estudos farmacológicos demonstram que essas técnicas também favorecem a extração de compostos bioativos específicos, contribuindo para a eficácia terapêutica das preparações (BRASIL, 2006).

Sob uma perspectiva antropológica, os modos de preparo constituem parte integrante da memória biocultural das comunidades. Toledo e Barrera-Bassols (2015) argumentam que os conhecimentos relacionados à coleta, ao processamento e ao uso dos recursos naturais representam elementos fundamentais da herança cultural transmitida entre gerações.

Nesse contexto, a transmissão oral desempenha papel central na preservação desses saberes. O aprendizado ocorre principalmente por meio da convivência familiar, da observação das práticas cotidianas e da participação direta dos mais jovens nos processos de coleta e preparação dos remédios caseiros. A manutenção desses mecanismos de transmissão é fundamental para a continuidade do patrimônio etnobotânico das comunidades ribeirinhas.

4.3 Principais ameaças ao conhecimento tradicional

A permanência do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais depende de fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos. Os estudos analisados demonstram que as ameaças à continuidade desses saberes não estão relacionadas exclusivamente à perda da biodiversidade, mas também às transformações que vêm ocorrendo nos modos de vida das populações tradicionais.

A literatura destaca que processos como urbanização, expansão das atividades econômicas sobre áreas naturais, mudanças climáticas e migração dos jovens para centros urbanos têm contribuído para o enfraquecimento dos mecanismos tradicionais de transmissão do conhecimento (DIEGUES, 2000; TOLEDO, BARRERA-BASSOLS, 2015).

Além disso, a redução das áreas de floresta e a pressão sobre os territórios tradicionais dificultam o acesso a espécies vegetais utilizadas historicamente pelas comunidades, comprometendo práticas de coleta, cultivo e manejo sustentável.

As principais ameaças identificadas nos estudos revisados encontram-se sintetizadas no Quadro 5.

Quadro 5- Síntese das principais ameaças ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em comunidades ribeirinhas de Roraima.

Categoria de Ameaça	Fatores Específicos	Impactos Sobre o Conhecimento Tradicional
Ambiental	Desmatamento, degradação de habitats, perda de biodiversidade vegetal	Extinção de espécies medicinais; impossibilidade de coleta e manejo sustentável
Sociodemográfica	Êxodo rural, urbanização, envelhecimento dos detentores do saber	Ruptura na transmissão intergeracional; desestruturação das redes comunitárias de cuidado
Cultural	Homogeneização cultural, desvalorização dos saberes locais, adoção de padrões externos	Abandono das práticas tradicionais; substituição pela medicina alopática sem integração dos saberes
Econômica	Expansão de atividades extrativistas predatórias, pressão sobre terras tradicionais	Comprometimento dos territórios de coleta; vulnerabilidade das comunidades a interesses externos
Linguística	Perda de línguas indígenas e dialetos locais associados às práticas de cura	Extinção de categorias classificatórias únicas de plantas; perda de conhecimento não documentado
Climática	Mudanças Climáticas	Alteração da distribuição das espécies medicinais; redução da disponibilidade de recursos vegetais; dificuldade de coleta e manejo tradicional
Jurídica	Biopirataria	Apropriação indevida de conhecimentos tradicionais; ausência de repartição de benefícios; desvalorização dos detentores dos saberes

Fonte: Elaborado pelas acadêmicas, (2026), com base em com base em Cámara- Leret e Bascompte (2021); Diegues (2000); Shiva (2001); Toledo e Barrera-Bassols (2015); Souza, Santos e Benevides (2019); Santos et al. (2023).

Os resultados apresentados no Quadro 5 indicam que as ameaças ao conhecimento tradicional possuem caráter multidimensional e exigem abordagens integradas para seu enfrentamento.

Entre os fatores mais recorrentes na literatura destacam-se o envelhecimento dos detentores dos saberes e a redução do interesse das gerações mais jovens pelas práticas tradicionais. Essa situação tem sido observada em diferentes regiões da Amazônia e representa um desafio significativo para a preservação da memória biocultural das comunidades (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Outro aspecto relevante refere-se à biopirataria. Conforme argumenta Shiva (2001), a apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais sem repartição de benefícios contribui para a invisibilização das populações responsáveis pela construção desses saberes.

As mudanças climáticas também merecem atenção crescente. Alterações nos regimes de precipitação e temperatura podem afetar a distribuição das espécies vegetais utilizadas pelas comunidades, reduzindo sua disponibilidade e dificultando práticas tradicionais de manejo (CÁMARA-LERET; BASCOMPTE, 2021).

Diante desse cenário, a conservação do conhecimento tradicional exige ações que articulem proteção territorial, fortalecimento comunitário, valorização cultural e implementação efetiva dos instrumentos legais existentes, de modo a garantir a continuidade dos saberes associados ao uso sustentável da biodiversidade (DIEGUES, 2000; LEFF, 2010).

4.4 Gênero, geração e transmissão oral do conhecimento

A literatura etnobotânica demonstra que a distribuição do conhecimento tradicional não ocorre de maneira homogênea entre os membros das comunidades. Aspectos relacionados ao gênero, à idade e às funções desempenhadas pelos indivíduos influenciam diretamente a produção, a conservação e a transmissão desses saberes (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015; DIEGUES, 2000).

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas, as mulheres frequentemente ocupam posição de destaque nos processos de cuidado familiar e na manutenção dos quintais medicinais. Essa atuação favorece a construção e a transmissão de conhecimentos relacionados ao uso terapêutico das plantas (SHIVA, 2001; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Os estudos revisados apontam que a maior parte das informações referentes ao preparo, às indicações terapêuticas e às formas de utilização das espécies vegetais é compartilhada por mulheres mais velhas, que desempenham papel importante na preservação da memória coletiva das comunidades (VÁSQUEZ, MENDONÇA E NODA, 2014; SHIVA, 2001).

Essa centralidade feminina pode ser analisada à luz das contribuições do ecofeminismo. Shiva (2001) argumenta que as mulheres frequentemente assumem papel estratégico na conservação da biodiversidade e na manutenção dos conhecimentos ecológicos tradicionais, especialmente em contextos rurais e comunidades tradicionais.

Sob essa perspectiva, a transmissão do conhecimento sobre plantas medicinais não representa apenas uma prática relacionada à saúde, mas também um

mecanismo de preservação cultural e ambiental. O desaparecimento desses saberes implica a perda de conhecimentos acumulados ao longo de gerações e reduz a capacidade das comunidades de utilizar de forma sustentável os recursos disponíveis em seus territórios (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Portanto, a valorização do protagonismo feminino deve ser compreendida como estratégia relevante para a conservação da biodiversidade e para a continuidade dos conhecimentos tradicionais associados às plantas medicinais (SHIVA, 2001; LEFF, 2010).

4.5 Indícios de validação científica das espécies medicinais identificadas

Os estudos analisados evidenciam que parte significativa das espécies utilizadas pelas comunidades ribeirinhas possui respaldo em pesquisas farmacológicas e fitoquímicas desenvolvidas nas últimas décadas. Essa aproximação entre conhecimento tradicional e ciência tem contribuído para ampliar a compreensão sobre os princípios ativos presentes nas plantas medicinais e suas possíveis aplicações terapêuticas.

Entretanto, a validação científica não deve ser compreendida como um mecanismo destinado a legitimar os conhecimentos tradicionais. Conforme argumentam Albuquerque et al. (2022), os saberes construídos pelas comunidades possuem valor próprio e independem da confirmação científica para sua existência social e cultural. A pesquisa farmacológica representa, nesse contexto, uma oportunidade de diálogo entre diferentes formas de conhecimento, e não uma relação hierárquica entre elas.

Diversas espécies amplamente utilizadas pelas populações amazônicas já apresentam evidências científicas relacionadas às suas propriedades terapêuticas. Entre elas destacam-se a copaíba (*Copaifera* spp.), a andiroba (*Carapa guianensis*), o mastruz (*Dysphania ambrosioides*), o capim-santo (*Cymbopogon citratus*) e a corama (*Kalanchoe pinnata*).

Segundo Albuquerque et al. (2022), muitos conhecimentos acumulados pelas populações tradicionais encontram respaldo em estudos fitoquímicos e farmacológicos. Entretanto, os autores ressaltam que isso não elimina a necessidade de avaliações relacionadas à segurança, toxicidade, dosagem e possíveis interações medicamentosas.

Dessa maneira a investigação científica permite compreender de forma mais detalhada os mecanismos de ação dos compostos presentes nas plantas medicinais, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de uso mais seguras e eficazes.

O Quadro 6 apresenta uma síntese das principais espécies identificadas nos estudos analisados, seus compostos bioativos e as atividades farmacológicas registradas na literatura científica.

Quadro 6- Principais espécies medicinais citadas em comunidades ribeirinhas e respectivos compostos bioativos identificados na literatura científica

Espécie (nome popular e científico)	Compostos Bioativos Encontrados	Atividade Farmacológica Encontrada	Uso Tradicional Correspondente	Nível de Evidência
Copaíba (<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.)	Beta-cariofileno, ácido copálico, sesquiterpenos	Anti-inflamatório, antimicrobiano, cicatrizante	Feridas, dores musculares, infecções	Alto
Andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl.)	Limonoides, andirobina, triterpenoides	Anti-inflamatório, inseticida, leishmanicida	Repelente de insetos, inflamações, febres	Alto
Mastruz (<i>Dysphania ambrosioides</i> (L.) Mosiakyn e Clemants)	Ascaridol, terpineno, limoneno	Anti-helmíntico, antimicrobiano	Verminoses, feridas, tosse	Moderado
Corama (<i>Kalanchoe pinnata</i> (Lam.) Pers.)	Flavonoides, bufadienólídeos, quercetina	Anti-inflamatório, antiedematogênico, imunomodulador	Inflamações, febre, picadas de insetos	Moderado
Capim-santo (<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf)	Citral, linalol, geraniol, mirceno	Ansiolítico, hipotensor, antifúngico	Sedativo, pressão alta, insônia	Alto
Japana-roxa (<i>Ayapana triplinervis</i> (Vahl) R.M.King)	Cumarinas, flavonoides, timohidroquinona	Antimicrobiano, antidiarreico, antisséptico	Diarreia, infecções intestinais, feridas	Preliminar

Fonte: Elaborado pelas acadêmicas, (2026), com base em Albuquerque et al. (2022); WHO (2013); Brasil (2006); Pereira, Gomes e Tuler (2024) e demais estudos farmacológicos revisados.

Os dados apresentados no Quadro 6 demonstram que existe convergência significativa entre diversos usos tradicionais e os resultados obtidos em pesquisas farmacológicas. Todavia, essa convergência não ocorre para todas as espécies utilizadas pelas comunidades.

Embora algumas plantas apresentem elevado número de estudos científicos, outras permanecem pouco investigadas. Essa desigualdade revela uma importante lacuna no conhecimento científico sobre a biodiversidade amazônica. Em muitos

casos, espécies frequentemente utilizadas pelas comunidades tradicionais ainda não receberam atenção proporcional à sua relevância cultural e terapêutica.

Outro aspecto que merece reflexão refere-se aos riscos associados ao uso indiscriminado de plantas medicinais. A percepção de que produtos naturais são sempre seguros não encontra respaldo na literatura científica. Algumas espécies podem apresentar toxicidade, contraindicações ou interações com medicamentos convencionais quando utilizadas de forma inadequada. Por essa razão, a Organização Mundial da Saúde recomenda que o uso de plantas medicinais seja acompanhado por estratégias de pesquisa, monitoramento e educação em saúde (WHO, 2013).

Além dos desafios científicos, a literatura também destaca questões éticas relacionadas à utilização dos conhecimentos tradicionais. Diversos autores alertam que a apropriação de informações fornecidas por comunidades tradicionais sem repartição justa dos benefícios pode configurar situações de biopirataria, contribuindo para a exploração indevida do patrimônio biocultural dessas populações (SHIVA, 2001).

A discussão sobre proteção dos conhecimentos tradicionais conduz diretamente ao campo das políticas públicas. Nas últimas décadas, o Brasil avançou na construção de instrumentos legais voltados à valorização da biodiversidade e dos saberes associados ao seu uso.

Entre os principais marcos normativos destacam-se a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (2006), a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (2006), a Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015), a Convenção sobre Diversidade Biológica e o Protocolo de Nagoya.

O Quadro 7 apresenta uma síntese desses instrumentos e suas principais contribuições para a proteção dos conhecimentos tradicionais relacionados às plantas medicinais.

Quadro 7- Principais marcos normativos relacionados ao conhecimento tradicional sobre plantas medicinais no Brasil.

Instrumento Normativo	Ano	Objetivo Central	Relevância Para Comunidades Ribeirinhas
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Decreto nº 5.813)	2006	Regular o uso, pesquisa e oferta de plantas medicinais no âmbito do SUS	Reconhece a importância do saber popular, mas com alcance limitado em comunidades remotas
Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares	2006	Institucionalizar práticas integrativas e	Inclui a fitoterapia como modalidade de atenção

– PNPICT (Portaria GM/MS nº 971)		complementares na atenção básica do SUS	primária, abrindo espaço para integração com saberes tradicionais
RENISUS – Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS	2009	Listar espécies com potencial para compor a RENAME e orientar pesquisas de validação	Inclui espécies utilizadas por comunidades tradicionais, mas com sub-representação de espécies amazônicas
Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123)	2015	Estabelecer regras para acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios	Prevê compensação às comunidades tradicionais pelo uso de seus conhecimentos, mas com implementação limitada
Protocolo de Nagoya sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios (2010), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 8.772/2016.	2010	Regulamenta o acesso equitativo a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado	Proteção jurídica ao saber das comunidades, mas com baixa efetividade prática no contexto ribeirinho
Convenção sobre Diversidade Biológica	1992	Conservação da biodiversidade, uso sustentável dos recursos biológicos e repartição justa dos benefícios	Reconhece a importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação da biodiversidade e incentiva sua proteção
Ratificação brasileira	1998		

Fonte: Elaborado pelas acadêmicas, (2026), com base em Brasil (2006a); Brasil (2006b); Brasil (2009); Brasil (2015); Brasil (2016); Convenção sobre Diversidade Biológica (1992); WHO (2013).

A análise do Quadro 7 permite observar que o Brasil dispõe de um conjunto expressivo de instrumentos legais voltados à proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. Entretanto, a existência dessas normas não garante, por si só, sua efetiva implementação nas comunidades amazônicas.

Diversos estudos apontam que ainda existem dificuldades relacionadas ao acesso das populações tradicionais às políticas públicas de saúde, conservação ambiental e repartição de benefícios. Em regiões remotas da Amazônia, como determinadas áreas ribeirinhas de Roraima, limitações de infraestrutura e distância dos centros administrativos frequentemente dificultam a aplicação prática dos mecanismos previstos pela legislação.

Além disso, observa-se que muitas espécies amplamente utilizadas pelas comunidades amazônicas permanecem sub-representadas em programas oficiais de pesquisa e assistência farmacêutica. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar investimentos em pesquisas etnobotânicas, etnofarmacológicas e ações de extensão voltadas à valorização dos saberes tradicionais (PEREIRA, GOMES e TULER, 2024).

No contexto educacional, os resultados desta revisão reforçam a importância da inserção dos conhecimentos tradicionais nos processos de ensino de Ciências e

Biologia. O reconhecimento desses saberes como parte do patrimônio cultural amazônico pode contribuir para o fortalecimento da identidade local, para a conservação da biodiversidade e para a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas.

Assim, a articulação entre pesquisa científica, políticas públicas e valorização dos conhecimentos tradicionais constitui elemento fundamental para a promoção da saúde, da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável nas comunidades ribeirinhas de Roraima.

Conforme estabelece a Convenção sobre Diversidade Biológica, a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes dependem do reconhecimento e da valorização dos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais, cuja contribuição é essencial para a manutenção dos ecossistemas e para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1998).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou sistematizar e analisar, com base em revisão bibliográfica qualitativa, o que a literatura científica recente revela sobre o conhecimento tradicional de plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima. Os resultados confirmam que esse conhecimento é extenso, empiricamente consistente e culturalmente integrado. Estudo de revisão para o estado de Roraima identificou 444 espécies medicinais pertencentes a 101 famílias botânicas, com predomínio das famílias Fabaceae, Lamiaceae e Asteraceae — um patrimônio que a ciência formal tem progressivamente reconhecido, mas que ainda não é incorporado de forma adequada às políticas públicas de saúde e conservação ambiental.

A identificação das famílias Lamiaceae, Asteraceae e Fabaceae como as mais representativas nos levantamentos revisados, combinada com a predominância do uso de folhas e das formas de preparo por infusão e decocção, configura um padrão etnobotânico robusto e replicável que pode orientar tanto a prospecção farmacológica de novas moléculas quanto o planejamento de ações de saúde comunitária. Os quadros apresentados neste trabalho oferecem uma síntese visual desse padrão e contribuem para futuras pesquisas na área.

As ameaças ao conhecimento tradicional identificadas na literatura — desmatamento, urbanização, ruptura geracional e extinção linguística — são

estruturais e exigem respostas igualmente estruturais. Intervenções pontuais de registro ou salvaguarda, embora válidas, são insuficientes sem a proteção dos territórios que sustentam as comunidades detentoras desse saber e sem investimento em educação intercultural que valorize os saberes locais como conhecimento legítimo. No contexto de Roraima, Brandão et al. (2024) já apontaram que a urbanização e a influência crescente da medicina alopática têm levado ao desuso de algumas práticas tradicionais, o que reforça a urgência de ações que incentivem a preservação e a transmissão desses saberes para as futuras gerações.

Como limitação desta pesquisa, cabe reconhecer que a revisão bibliográfica, por definição, não capta a dinâmica viva do conhecimento tradicional — seu movimento, suas contradições internas, seus processos de criação e recriação. Pesquisas futuras de caráter etnográfico e participativo, conduzidas em parceria com as próprias comunidades ribeirinhas de Roraima, são necessárias para suprir essa lacuna e para garantir que a produção científica sobre esses saberes seja, ela mesma, uma forma de respeito e valorização dos sujeitos que os produzem.

Em síntese, documentar o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais nas comunidades ribeirinhas de Roraima é, ao mesmo tempo, um ato científico, ético e político. É científico porque contribui para a compreensão da biodiversidade e das propriedades terapêuticas das plantas. É ético porque reconhece a humanidade e a inteligência das populações que construíram esse saber. E é político porque tensiona as estruturas de poder que historicamente desvalorizaram esses saberes e as comunidades que os guardam. O IFRR — Campus Caracará, ao formar professores de Ciências Biológicas comprometidos com a realidade sociocultural da Amazônia setentrional, assume o desafio de integrar esses saberes à formação científica, construindo pontes entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional que são essenciais para um futuro mais justo e sustentável para a região.

6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; FERREIRA, W. S. J.; RAMOS, M. A.; MEDEIROS, P. M. **Introdução à etnobotânica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2022. Disponível em: <https://share.google/NCZSoHNOdnUcKds9t>. Acesso em: 10 jun. 2026.

ALBUQUERQUE, U. P.; HANAZAKI, N. As pesquisas etnodirigidas na descoberta de novos fármacos de interesse médico e farmacêutico: fragilidades e perspectivas. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 16, supl., p. 678–689, 2006. DOI: 10.1590/S0102-695X2006000500015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/CN4YyB8SHvQcLR4hdbLbS7M/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRANDÃO, V. L.; LIMA, J. M. T.; CARVALHO, L. B.; TOSIN, B. K. M.; PARENTE JÚNIOR, W. C. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais na comunidade de Vista Alegre em Caracaraí/RR. **Anais do Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC**, 2024. Disponível em: https://www.confear.org.br/midias/uploads-imce/contecc%202024/AGRO/LEVANTAMENTO_ETNOBOT%C3%82NICO_DE_PLANTAS_MEDICINAIS_NA_COMUNIDADE_DE_VISTA_ALEGRE_EM_CARACARA%C3%8D_RR.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://share.google/IVPCoN5EvWD8zMpV2>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2519.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006. Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 maio 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. Série B. Textos Básicos de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 maio 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pnpics/legislacao-pnpic>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS – RENISUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/plantas-medicinais-e-fitoterapicos/plantas-medicinais-e-fitoterapicos-no-sus/tabela-renisus>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 maio 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8772.htm. Acesso em: 10 jun. 2026.

CÁMARA-LERET, Rodrigo; BASCOMPTE, Jordi. Language extinction triggers the loss of unique medicinal knowledge. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 118, n. 24, e2103683118, 2021. DOI: 10.1073/pnas.2103683118. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.2103683118>. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2103683118>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CHAVES, Rosineide Campos et al. Percepção etnobotânica das moradoras de uma comunidade ribeirinha no sul do Amazonas, Brasil. **Revista DCS**, v. 23, n. 88, e4633, 2026. DOI: 10.54899/dcs.v23i88.4633. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/4633>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CBD). **Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization**. Montreal, 2011. <https://www.cbd.int/abs/text/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (CBD). **Convention on Biological Diversity**. Montreal: Secretariat of the Convention on Biological Diversity, 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/convention/text/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. Disponível em: <https://share.google/69WGPtfvIRvv1D8Vw>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://share.google/ggmMuGc9DnDpDKWdR>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010. Disponível em: <https://share.google/pQwCcZESXRwglS0Ub>. Acesso em: 10 jun. 2026.

LIMA, R. F. da S. **Fitoterapia popular no contexto socioambiental ribeirinho: contribuições da etnobotânica para a enfermagem transcultural**. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7139/>. Acesso: 10 jun. 2026.

MARQUES, W. P. G.; ANJOS, T. O. dos; COSTA, M. N. R. F. da. Plantas medicinais usadas pelas comunidades ribeirinhas do Estuário Amazônico. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 10, p. 74242-74261, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-013> Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/17625>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://share.google/EF9cXLQnUZc5Quk8N>. Acesso em: 10 jun. 2026.

OLIVEIRA, Sandra Kariny Saldanha de; MELO, Paula Maria Correa de Oliveira; JARDIM, Mário Augusto Gonçalves; COELHO-FERREIRA, Márlia. Plantas medicinais das comunidades indígenas Vista Alegre e Darora, Roraima, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 21, n. 3, p. 230-238, 2019. DOI: <https://doi.org/10.70151/n207ps68> Disponível em: <https://rbpm.emnuvens.com.br/revista/article/view/28>. Acesso em: 10 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estratégia da OMS para a medicina tradicional 2014-2023**. Hong Kong: OMS, 2013. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/92455>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PAINEL CIENTÍFICO PARA A AMAZÔNIA. **Relatório do Painel Científico para a Amazônia**. 2021. Disponível em: <https://www.theamazonwewant.org>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PEREIRA, R. H. G.; GOMES, C. E.; TULER, A. C. An ethnobotanical review regarding the use of medicinal plants in local medical systems in Roraima, Brazil. **Revista Etnobiologia**, v. 22, n. 1, p. 70-89, 2024. Disponível em: <https://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/591>. Acesso em: 10 jun. 2026.

POSEY, D. A. **Etnobiologia: teoria e prática**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987. Disponível em: <https://share.google/00SMJpDWc5HU7td06>. Acesso em: 10 jun. 2026.

REIS, H. S. dos; PAZ, C. D. da; OLIVEIRA, J. de G. A.; SILVA, M. A. V. O conhecimento e uso tradicional de plantas medicinais nas perspectivas da etnobotânica e agroecologia: uma revisão teórica. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 9, p. 12098-12122, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv21n9-086>. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/1176>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SANTOS, M.; MARQUES, O. A.; LARANJEIRA, E. dos S. G.; SILVA, L. D. da. Resgate e valorização do conhecimento sobre plantas medicinais no ambiente escolar no município de Macapá-AP. **Anais do Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil**, 2023. Disponível em: <https://resumos.sbpmed.org.br/index.php/spmb/article/view/28>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SCHULTES, R. E.; REIS, S. von. **Ethnobotany: evolution of a discipline**. Portland: Dioscorides Press, 1995. Disponível em: <https://www.herbalgram.org/resources/herbalgram/issues/36/table-of-contents/article80/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/97540843/Vandana-Shiva-Biopirataria-A-Pilhagem-Da-Natureza-e-Do-Conhecimento-Completo>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUZA, C. N. M. de; SILVA, J. P. de J.; SANTOS, J. A.; LUCAS, F. C. A. Plantas medicinais em quintais periurbanos: espaços de valorização da biodiversidade em São Miguel do Guamá, Pará. **Interações (Campo Grande)**, v. 24, n. 2, p. 411-426, abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v24i2.3490>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/PFtQG9T5RFGWTZ9FxZSmbvk/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUZA, Ronald da Silva; PALMA, Leidiana Lima dos Santos. Os saberes associados às plantas medicinais da comunidade da Serra do Tepequém, Amajari – Roraima. In: **FÓRUM DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFRR**, v. 10 n. 1 (2024). Disponível em: https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/anais_forint/pt_BR/issue/view/56. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUZA, V. M.; SANTOS, A. J. F.; BENEVIDES, C. M. J. Agrobiodiversidade e plantas alimentícias não convencionais (PANCs): inter-relações com povos tradicionais e comunidades locais. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 28, p. 163-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v16i28.5852>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/5852>. Acesso em: 10 jun. 2026.

TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/41378693/A_MEM%C3%93RIA_BIOCULTURAL. Acesso em 10 jun. 2026.

VÁSQUEZ, Silvia Patricia Flores; MENDONÇA, Maria Silvia de; NODA, Sandra do Nascimento. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 44, n. 4, p. 457-472, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4392201400423>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aa/a/VygsxBjLYBDf8NcWBHGYF8Q/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO traditional medicine strategy: 2014-2023**. Geneva: WHO, 2013. Disponível em: <https://share.google/vubEQm1YLDOzWcTxP>. Acesso em: 10 jun. 2026.